

## A CIDADE-MERCADORIA INTERIORANA FRONTEIRIÇA *LA CIUDAD MERCANCÍA, INTERIORANA FRONTERIZA*

Cecilia Maria de Morais Machado Angileli<sup>1</sup>

Solange Bonomo Assumpção<sup>2</sup>

Angélica Santamaria Alvarado<sup>3</sup>

Luiz Henrique Rubens Pastores Alves de Oliveira<sup>4</sup>

Noelia Fernanda Mallorquín Ortellado<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo visa a contribuir para a problematização dos impactos de grandes projetos urbanos e de infraestrutura em territórios interioranos fronteiriços, pautadas em uma lógica de cidade-mercadoria. Distantes das estruturas tradicionais de construção de conhecimento, esses territórios acabam sendo mais vulneráveis a essas reestruturações de grande vulto pela incompreensão da dimensão de seus efeitos ao longo do tempo e à forma como afetam diferentemente os vários segmentos da população. Com esse propósito, à luz do trabalho de estudiosas e estudiosos do campo do planejamento urbano e de pesquisas sobre a Região Trinacional, empreendeu-se uma análise reflexiva de alguns dos grandes planos e projetos em curso nesse território, destacando tendências que atendem aos interesses do capital. Como resposta a esse alinhamento e à necessidade de reparação dos territórios interioranos fronteiriços afetados por esses empreendimentos, as instituições de ensino público, os trabalhos de pesquisa acadêmica e os espaços de educação popular, por adotarem uma abordagem crítica, oferecem contribuições valiosas para pautar o planejamento territorial insurgente, comprometido com a justiça social e ambiental. Os resultados da análise ora apresentada indicam que, sem o devido conhecimento dos interesses envolvidos nesses planos e projetos – sob diferentes perspectivas – e de quais podem ser os seus efeitos para as comunidades diversas que compõem as cidades interioranas

---

<sup>1</sup> Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Graduada, Mestra e Doutora em Arquitetura e Urbanismo - Paisagem e Meio Ambiente (FAU USP), Pós Doutora em Gestão Territorial (UFABC), Pós Doutoranda em Planejamento Territorial Sustentável (UNIOESTE). Coordenadora da Escola Popular de Planejamento da Cidade. Integrante do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina (CNPQ). Endereço eletrônico: cecilia.angileli@unila.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em letras, mestra em linguística, especialista em alfabetização, especialista em educação inclusiva e licenciada em Pedagogia. Técnica em Educação – UNILA. Endereço eletrônico: solange.assumpcao@unila.edu.br

<sup>3</sup> Graduada em arquitetura e urbanismo, Mestre em Integração Contemporânea da América Latina, doutoranda em Planejamento e Gestão do Território – UFABC. Endereço eletrônico: angelica.santamaria.a@gmail.com

<sup>4</sup> Graduado e Mestre em Geografia. Professor no curso de meio ambiente do IFPR – Foz do Iguaçu. Endereço eletrônico: luiz.deoliveira@ifpr.edu.br

<sup>5</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA. Endereço eletrônico: nfm.ortellado.2016@aluno.unila.edu.br

fronteiriças, favorece-se a invisibilidade das ações de incremento da marginalização socioeconômica, do sofrimento ambiental e da ampliação das desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** territórios interioranos e fronteiriços; grandes planos e projetos urbanos; impactos socioambientais; educação formal e popular para o planejamento das cidades; planejamento territorial insurgente.

## RESUMEN

Este artículo visa contribuir para la problematización de los impactos de grandes proyectos urbanos y de infraestructura en territorios del interior fronterizos, pautadas en una lógica de ciudad-mercancía. Distantes de las estructuras tradicionales de construcción del conocimiento, estos territorios acaban siendo más vulnerables a estas reestructuraciones de grande porte por la falta de comprensión de la dimensión de sus efectos a lo largo del tiempo y las diversas formas en cómo afectan a los varios segmentos de la población. Con este propósito, a la luz del trabajo de estudiosas y estudiosos en el campo del planeamiento urbano y de investigaciones sobre la Región Trinacional, se emprende un análisis reflexivo de algunos grandes planes y proyectos en curso en este territorio, destacando tendencias que atienden a los intereses del capital. Como respuesta a estos alineamientos y a la necesidad de reparación de los territorios del interior fronterizos afectados por estos emprendimientos, las instituciones de enseñanza pública, los trabajos de investigación académica y los espacios de educación popular, por adoptar un abordaje crítico, ofrecen contribuciones valiosas para pautar el planeamiento territorial insurgente, comprometido con la justicia social y ambiental. Los resultados del análisis presentado indican que, sin el debido conocimiento de los intereses envueltos en estos planos - sobre diferentes perspectivas- y de cuáles podrían ser sus efectos para las comunidades fronterizas, se favorece la invisibilidad de las acciones que aumentan la marginalización socioeconómica, del sufrimiento ambiental y de la ampliación de las desigualdades sociales.

**Palabras claves:** territorios interioranos y fronterizos; grandes planes y proyectos urbanos; impactos sociales y ambientales; educación formal y popular para la planificación urbana; planificación territorial insurgente.

## 1. INTRODUÇÃO

Os grandes projetos urbanos e de infraestrutura, ao longo de décadas, vêm sendo apresentados como anúncio de desenvolvimento dos territórios a eles vinculados. Porém, em sua implementação, o que se observa é que são responsáveis por inúmeros impactos sociais e

ambientais, muitas vezes irreversíveis, e que, em geral, são invisibilizados e/ou minimizados em sua apresentação à sociedade.

É preciso destacar que esses projetos precisam ser considerados a partir de múltiplas perspectivas, ou seja, tanto em relação ao jogo de forças e poder envolvidos em sua concepção, aprovação e implementação, quanto em relação à diversidade de interesses implicados nas várias escalas em que são planejados. Nesse sentido, se por um lado encontra-se grande parte das intervenções pensadas a partir de uma escala macro, às vezes até transnacional, é na dimensão micro escalar que se percebe as principais violações de direitos humanos, instaurando um processo de redução significativa do poder de ação das agentes diretamente afetadas e dos agentes diretamente afetados por essas intervenções no território.

Essa contradição entre o discurso que anuncia o “desenvolvimento”, vinculado à escala macro escalar, e o discurso de resistência que denuncia os seus impactos, afeito à escala micro, é notada em diferentes contextos territoriais, de pequenas localidades a grandes centros em regiões metropolitanas. Porém, mesmo sendo uma prática comum em dimensões e contextos territoriais diferentes, verifica-se que em cada escala territorial há uma capacidade particular de resiliência a tais transformações, capacidade esta determinada por uma sobreposição de fatores, tais como as condições de vulnerabilidade socioeconômica, a sensibilidade ambiental, a capacidade de organização e de planejamento dos/das agentes do território, como também, o acúmulo científico e técnico a respeito desses processos de transformação e suas implicações diretas e indiretas na vida da população.

Embora a abordagem desses discursos antagônicos em seus contextos diversos sejam importantes, dados os limites deste artigo, opta-se por conferir relevo à problematização dos impactos socioambientais, resultantes das mencionadas reestruturações territoriais, que afetam pequenas e médias cidades.

Para o alcance deste propósito, numa abordagem crítica, as seguintes temáticas serão objeto de atenção nas próximas seções: I) panorama, ainda que breve, do funcionamento da chamada “cidade-mercadoria” em contextos interioranos e fronteiriços; II) invisibilidade ampliada dos impactos dos grandes projetos urbanos de infraestrutura nesses territórios, tendo em vista suas expectativas/concepções de “desenvolvimento” e a conseqüente importação de planos e projetos gerados externamente; III) papel dos espaços de educação formal e popular nesses contextos interioranos e fronteiriços como uma forma de pautar o planejamento territorial insurgente.

## 2. A CIDADE-MERCADORIA EM CONTEXTOS INTERIORANOS E FRONTEIRIÇOS: GRANDES PROJETOS URBANOS EM FOZ DO IGUAÇU (BRASIL) E CIUDAD DEL ESTE (PARAGUAI)

Da cidade consolidada e luminosa até a pequena localidade – que, à primeira vista, não corresponderia a um espaço de disputa territorial do capital –, constata-se um planejamento que se inspira em técnicas empresariais e que entende a cidade como uma mercadoria a ser vendida, substituindo problemas importantes a ser pensados por suas gestoras e seus gestores – como o crescimento desordenado sem a devida implantação de infraestrutura, o deslocamento populacional voluntário ou involuntário, o uso especulativo ou irregular do solo, entre outras questões – por projetos pontuais de rápida valorização imobiliária (VAINER, 2002).

Essa cidade, pensada pelo valor de troca e não de uso, passa a ser planejada com o objetivo de atrair investidoras e investidores, assumindo o poder público, por meio de parcerias público-privadas, diversos riscos para a efetivação da entrada desse capital no território (VAINER, 2002). Por sua vez, esse investimento/capital responde a demandas próprias que, por vezes, contrariam as necessidades locais, determinando novas formas urbanas e edíficas que atendam a um padrão próprio arquitetônico de quem investe ou mesmo de quem pode vir a consumir essa paisagem.

Sendo pensada para quem investe ou para quem pode consumi-la, essa cidade, em sua gênese, não é pensada para todas as pessoas que nela vivem e a tornam singular, desde a perspectiva de mobilidade e apropriação territorial até a perspectiva de cidade como um espaço político. Em decorrência dessa lógica mercadológica orientadora, em diferentes dimensões territoriais, espaços que até então eram considerados sem valor de mercado, passam a ser reinterpretados como estoque de terras para o mercado imobiliário formal, como zonas estratégicas para a implantação de novos empreendimentos. De modo geral, esses estoques de terra são caracterizados por sua vulnerabilidade social e ambiental – como favelas, ocupações, entre outros arranjos de vivência de comunidades populares, além de áreas de importância ambiental –, o que os torna possíveis reservas de valor.

No contexto da Região Trinacional, mais especificamente junto às cidades de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná (Brasil), com cerca de 270.000 habitantes, e de *Ciudad Del Este*, no Departamento de Alto Paraná (Paraguai), com cerca de 300.000 habitantes, esses arranjos do capital se materializam em novos desenhos urbanos e edíficos. Algumas dessas formas reproduzem a lógica comum da cidade mercadoria (VAINER, 2002), marcada por um projeto padronizado, com programa único, amplamente difundido, por meio de massivo *marketing* urbano, como uma necessidade das cidades envolvidas. Como consequência, sua realização passa a ser celebrada como um “evento” que responde às demandas da sociedade como um todo, a exemplo dos projetos ilustrados a seguir.



**Imagem 01** : Infográficos projetos anunciados e implantados nos últimos 10 anos na região de Foz do Iguaçu, *Ciudad Del Este* e proximidades. Fonte: Compilação de dados de Angileli e Ortellado (2021); Angileli \_ EPPC 2015 a 2020; Angileli e Oliveira (2021)

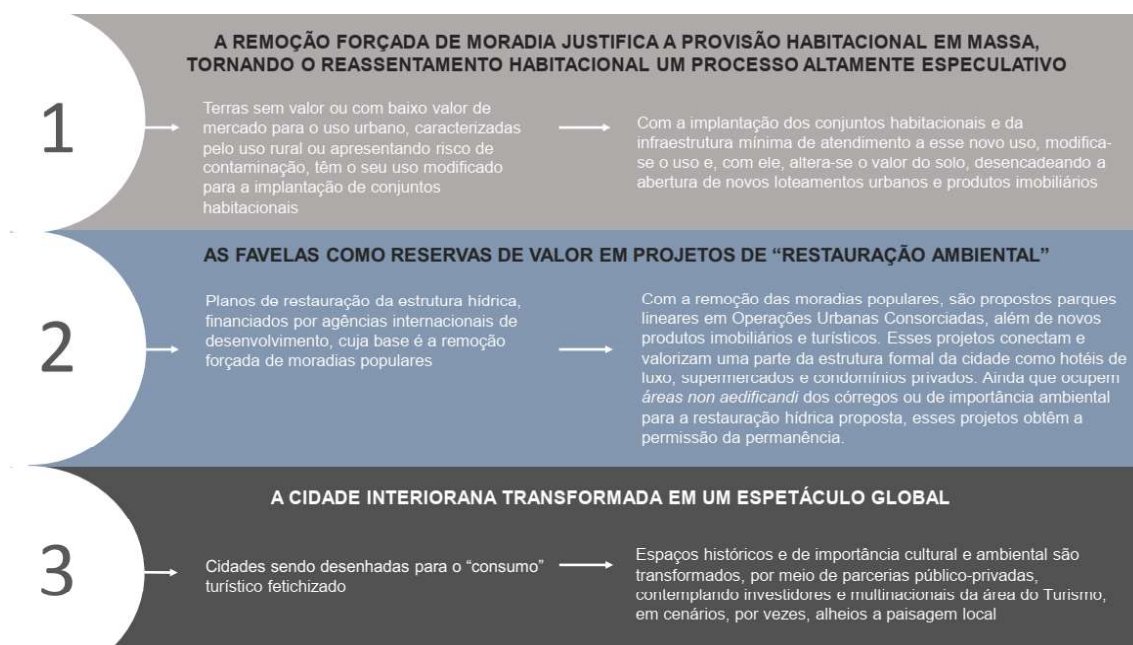
Nas regiões interioranas como a Trinacional em questão, esses arranjos ganham a magnitude de um “espetáculo” ainda mais violento para determinados segmentos da população. Diferentemente dos movimentos de resistência popular que, em geral, ocorrem nas regiões metropolitanas quando há remoções forçadas de comunidades pobres, instaladas em áreas de interesse do conjunto de investidoras e investidores, no contexto interiorano e fronteiriço, a remoção, por vezes, é silenciosa e com pouca resistência popular (Angileli, 2015 a 2020).

Essa diferença na capacidade de resistência acaba por caracterizar os grandes projetos urbanos no contexto interiorano e fronteiriço, em vez de “eventos” que podem trazer a melhoria das condições de vida de todas e todos, como um processo associado a contínuas expulsões de populações pobres e tradicionais do campo e da cidade, e, ao mesmo tempo, ao apagamento de suas resistências<sup>6</sup>.

Neste sentido, é preciso destacar que, nesse território que enseja uma cultura de conflitos de terra e de remoções forçadas de moradia, o silenciamento das narrativas de vida dessas populações impede a construção e perpetuação de uma memória coletiva, força e consciência crítica que possa ser capaz de promover a transformação social na direção de uma sociedade mais justa, além de uma nova forma de olhar para o território, isto é, um espaço que seja bom para todas e todos.

<sup>6</sup> Um exemplo da história recente da Região em questão é a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e do consequente “memoricídio” da luta de dezenas de famílias contrárias à sua realização por inúmeras razões sociais, culturais e ambientais que fogem ao escopo deste artigo.

Cabe aventar o fato de que esse enfraquecimento da força coletiva vem sendo fomentado pela opção por políticas habitacionais que diluem as estruturas sociais de comunidades inteiras, quer seja pela remoção dos barracos de madeira e o seu reassentamento em casas de alvenaria em conjuntos habitacionais isolados, quer seja pelo processo de reterritorialização dessas famílias estranhas entre si, de forma aleatória, em diversos conjuntos habitacionais (Angileli \_ EPPC 2015 a 2020). Nos conjuntos habitacionais a organização social é enfraquecida, e se confunde com demandas individuais/personificadas. Com esse direcionamento, a casa nova passa a não significar o direito à moradia digna, ao direito à cidade, ou mesmo à memória. Antes pelo contrário, transfere-se (quando não se agravam) os velhos conflitos e as vulnerabilidades socioambientais a que essas famílias, na maioria das vezes, já estavam submetidas às novas moradias<sup>7</sup>.



**Imagem 02 :** Exemplos de arranjos do capital na região interiorana fronteiriça. Fonte: Organização de Angileli, a partir da base de dados de EPPC (Angileli, 2015 a 2020)

É exatamente nesse território com pouca memória coletiva de luta e de diluição das estruturas que favelas e ocupações vão sendo removidas de forma muito mais rápida do que nos grandes centros urbanos, a partir dos diversos arranjos do capital, como se depreende dos exemplos da imagem. A análise da figura 2 parece reforçar a tese de que grande número de impactos não são mensurados em seus planos de intervenção. Isso ocorre porque são pensados

<sup>7</sup> Na periferia formal, por exemplo, a violência pode ainda ser maior, o custo de vida também. Se antes essas populações eram negligenciadas, agora reterritorializadas, muitas pessoas das comunidades se sentem “encarceradas”, segundo palavras de diferentes moradoras reassentadas e moradores reassentados. Esse sentimento se dá tanto pelo isolamento territorial provocado pela área de implantação dos conjuntos habitacionais, como por sua arquitetura que possui semelhanças aos presídios da região.

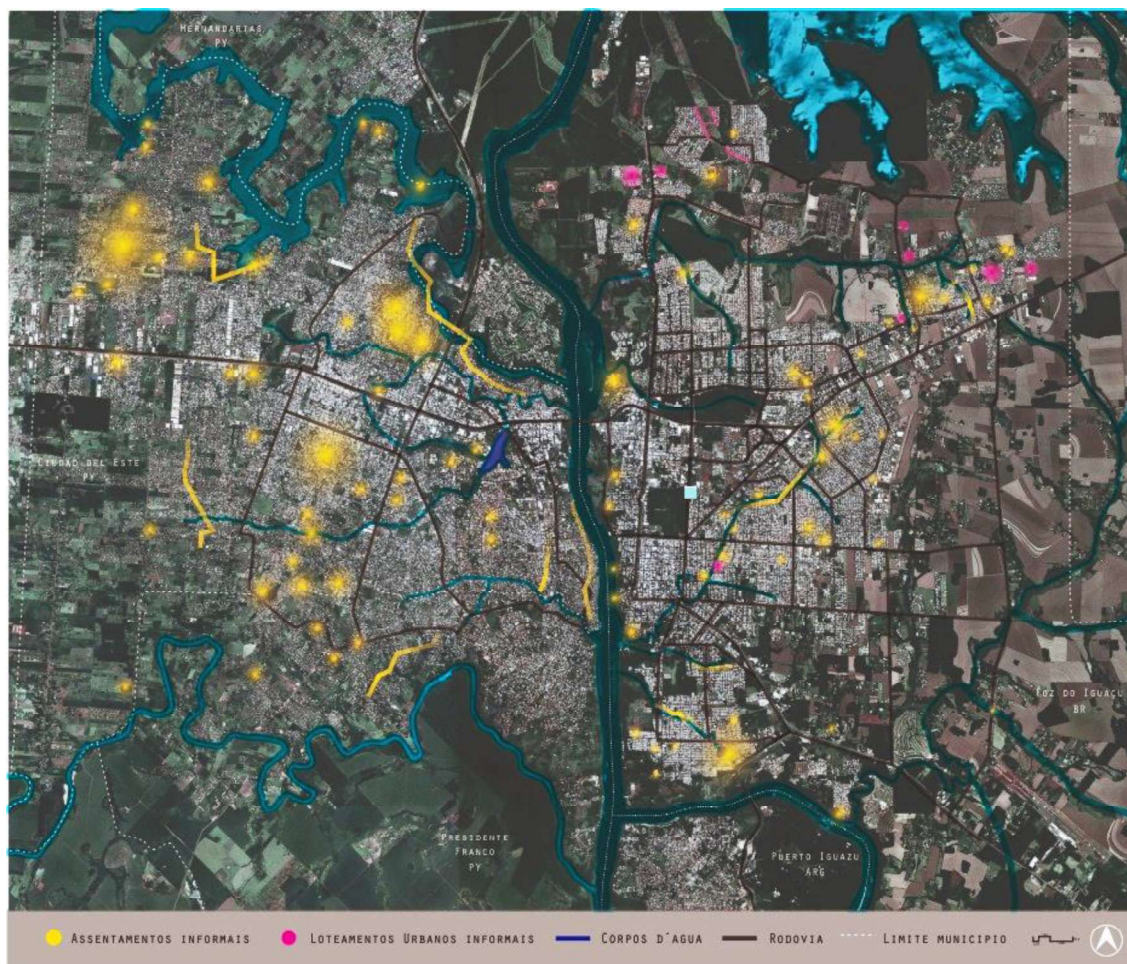
em termos de estudos de impacto ambiental *per se*, de maneira isolada, sem reconhecer a multiplicidade de processos paralelos em curso na reestruturação urbana, social e ambiental da qual fazem parte. Em oposição a essa tendência, um grande projeto urbano deve ser planejado sob uma perspectiva transtemporal e interescalar em relação a todos os outros projetos/processos que com ele serão implantados ou mesmo que, a partir dele, possam vir a ser propostos.

Se por um lado esse cenário pode sugerir a incapacidade das gestoras e dos gestores locais de analisar tais processos de maneira holística, por outro lado permite a inferência de que o anúncio do desenvolvimento por projetos individuais – e não por planos que os reúnam – é uma opção deliberada e estratégica, pois favorece intervenções pontuais “míopes”, quando for extremamente necessário, não responsabilizando nem tensionando as agentes e os agentes de liderança desses territórios pelo entendimento integral do que está em jogo. Ou seja, o redesenho das cidades por partes, sem a premente articulação com o todo, dificulta a legibilidade dos impactos em curso pelas pessoas que as compõem. O risco que não se percebe, não se reconhece, não se mensura, não se questiona nem se mitiga.

No caso da Região Trinacional, em especial nas cidades de Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este*, com um número de pessoas à margem do desenvolvimento prometido se ampliando a cada dia, essa prática de planejamento segmentado é notável. A despeito de apresentarem uma carteira de planos e projetos a investidoras e a investidores dos setores de logística, turismo, tecnologia, indústria e negócios imobiliários, essas cidades não conseguem resolver problemas básicos de saneamento, de transporte, de moradia, entre outros. São muitos os bolsões de pobreza em meio a esse território financeirizado, como se verifica na Imagem 3 que representa o primeiro mapeamento integrado de favelas da região.

Na imagem abaixo, encontram-se mapeados 126 assentamentos informais no lado paraguaio, em *Ciudad Del Este* (TECHO PARAGUAY, 2019), e 65 no lado brasileiro, em Foz do Iguaçu (COHAPAR, 2019). Cabe enfatizar o fato de que mais da metade dessa expansão informal em *Ciudad Del Este* ocorreu nos últimos 20 anos (ORTELLADO, 2021 *apud* ANGILELI; OLIVEIRA, 2021).

Se, agora, associa-se o conteúdo dessa imagem ao das duas imagens anteriores, o que fica evidente é a sobreposição de interesses empresariais na Região Trinacional, reforçando a necessidade de reconhecimento desse território interiorano e fronteiriço como um espaço em plena disputa. E isso não é algo casual. Ao fazer-se o acompanhamento do deslocamento do capital, o que se observa é a redução de investimentos em regiões centrais e sua crescente migração para regiões periféricas.



**Imagem 03** : Mapa de favelas na fronteira entre Paraguai e Brasil. Fonte: Elaboração de Ortellado e Alvarado (2021), a partir de dados da COHAPAR (2019) e da TECHO PARAGUAY (2019)

A repercussão mais imediata desse fenômeno na Região em tela é o aumento do deslocamento forçado de famílias pobres já residentes na fronteira, assim como a explosão urbana<sup>8</sup> formal e informal decorrente do anúncio de investimentos de vulto.

Esse território interiorano fronteiriço, nos últimos anos, vem se constituindo como um importante espaço de desenvolvimento transnacional na área de Logística, Inovação e Tecnologia,

<sup>8</sup> O fenômeno da explosão urbana tem sido apontado como um dos desafios das grandes cidades em todo o mundo. No relatório publicado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), editado por Montero e García (2017), o fenômeno de urbanização acelerada, sem o planejamento adequado, em países considerados em desenvolvimento na América Latina, foi ponto de destaque. Nesse documento, a partir desse fenômeno, a Comissão apontou uma série de violações humanas, urbanas e ambientais nesse continente, considerado o mais urbanizado do mundo. As principais violações apresentadas reforçam a importância da antecipação da sociedade aos desafios dos territórios que passarão por reestruturações significativas, potencializadas por grandes projetos de infraestrutura, como é o caso da Região Trinacional. Esses projetos provocarão mudanças que alterarão significativamente a dimensão das cidades, ampliando a população e o consumo do solo por pessoa, por exemplo, o que implicará maior estrutura de saneamento, estrutura viária, comunicação, eletricidade, adequação de resíduos sólidos, produção de novas moradia e redimensionamento de transporte, entre outras necessidades (ANGILELI, OLIVEIRA, 2021).



além dos tradicionais e crescentes investimentos no setor de Turismo. Com isso, nos constituímos como polo de atração de investidores e também de comunidades vulneráveis – como migrantes nacionais e internacionais, por vezes sem emprego, em busca de oportunidades de trabalho. No caso das pessoas em condição de maior vulnerabilidade, não é raro verificar seu alijamento das oportunidades profissionais desse propagado desenvolvimento, pois, a maioria quase absolutas das vagas destina-se a atividades especializadas, resultando na contratação de segmentos específicos da população, isto é, os com maior nível de escolarização (MONTERO; GARCÍA, 2017)<sup>9</sup>. Desse modo, ao aumento do custo da terra na Região, soma-se o significativo aumento do déficit habitacional qualitativo e quantitativo.

É sabido que a explosão urbana informal e a periferização após o anúncio de um pretense desenvolvimento não é um processo novo a esse território interiorano e fronteiriço, como assevera Catta (2009) e Ribeiro (2015). Em seus estudos, ao descreverem os problemas urbanos associados à implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu – em especial, a significativa ampliação de favelas –, os autores contribuem para que não haja justificativa à omissão das agentes e dos agentes líderes desse território ao cenário tendencial próximo, pois há um acúmulo histórico de suas consequências. As injustiças socioambientais caminham ao lado do “desenvolvimento” prometido.

### 3. A INVISIBILIDADE DOS IMPACTOS DOS GRANDES PROJETOS URBANOS DE INFRAESTRUTURA NESSES TERRITÓRIOS, TENDO EM VISTA SUAS EXPECTATIVAS/CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A CONSEQUENTE IMPORTAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS GERADOS EXTERNAMENTE

No território interiorano fronteiriço, conhecidas demandas orientadoras de políticas públicas para as cidades emergem com novas nuances e desafios, a exemplo do que ocorre quando se analisa os processos de planejamento participativo, concebido como pauta concebida central a qualquer que seja a região, central ou periférica.

Diferentemente do caráter atribuído ao termo “participativo” nos grandes centros urbanos – nos quais corresponde à efetiva participação da população nos debates e nas proposições de políticas públicas para as cidades –, no contexto interiorano o foco de atenção passa a ser a *não terceirização do planejamento territorial*, ou seja, para além da participação efetiva da população que constitui os municípios e da própria gestão pública no planejamento das cidades, é preciso

---

<sup>9</sup> Os autores contribuem com essa análise a partir de estudos que tem como base a ampliação dos processos de segregação urbana e injustiça ambiental em grandes manchas urbanas.

um movimento contrário à importação de soluções prontas de grandes escritórios e consultorias de arquitetura e urbanismo.

As cidades da Região Trinacional, em seu planejamento urbano, sofrem diretamente a influência do empresariado e outros agentes do território, interferência esta que é comum às cidades caracterizadas como *ciudades-empresa*. Nesse caso particular, a Usina Hidrelétrica de Itaipu exerce papel de destaque nesse processo, ao contratar escritórios de arquitetura e urbanismo de grande relevância nacional e internacional para a elaboração de *master plans*, de projetos urbanos e de edificações e para a prestação de serviço de consultoria urbana, além de financiar obras e ceder suas colaboradoras e seus colaboradores para as empreitadas necessárias, incluindo a ocupação de cargos públicos nas áreas de planejamento e obras.

Esse cenário fomentado pela condição de cidade-empresa, mistura estruturas administrativas e interesses que nem sempre são públicos, gerando inúmeros problemas, com destaque para: I) a atrofia do corpo técnico existente nas prefeituras que passam a demandar soluções externas para diversos desafios das cidades, deixando de problematizar o seu próprio território; II) o caráter de “doação”, de “benfeitoria” das soluções urbanas importadas, sem que haja a participação da população ou mesmo das instituições de Educação Superior que estudam os fenômenos da vida urbana e pesquisam soluções para as cidades, a partir de uma perspectiva crítica, sustentável e justa (ANGILELI, ASSUMPÇÃO, 2021). Já que se trata de uma doação, sem custo para as cidades, paira o discurso de que nada há a reclamar, mas somente a agradecer, o que impede a promoção do debate crítico sobre os projetos e afins antes de sua concepção e implementação. Resta a avaliação crítica tardia, com poucos efeitos práticos.



**Imagem 04:** Master Plans: o planejamento territorial terceirizado. Fonte: Levantamento de dados de Angileli (2021)

A título de ilustração, apresentam-se na imagem 4 alguns exemplos de projetos relativos à Região Trinacional, gerados sem a participação efetiva da sociedade. Esses planos, ainda que não sejam implantados integralmente, anunciam às investidoras e aos investidores o potencial logístico, turístico, comercial, industrial, tecnológico das cidades envolvidas, cumprindo o seu papel na construção de cenários de investimento. Corroborando com esse “anúncio”, são frequentes as notícias referentes às altas dos preços imobiliários como algo a ser comemorado,

em jornais e rádios locais. Como consequência mais imediata, segundo dados do Sindicato da Habitação e Condomínios (Secovi), verifica-se, em 2021, a valorização média dos imóveis na cidade de Foz do Iguaçu da ordem de 10 a 20%, chegando ao percentual de 35% em áreas com grandes intervenções urbanas (QUADRA, 2021).

Ao empreender-se uma análise mais atenta dessas regiões mais valorizadas, coloca-se em relevo a região do bairro Porto Meira, periferia da cidade que, atualmente, está passando por diversas intervenções decorrentes da implantação do Corredor Bioceânico de logística, responsável pela ligação do porto de Paranaguá, no litoral paranaense, ao porto de Antofagasta, no Chile. Nessa região periférica da cidade estão localizados conjuntos habitacionais, favelas consolidadas e a maior ocupação urbana do estado do Paraná, a ocupação Bubas. Diferentemente de outros territórios afetados pelo citado eixo logístico, o que inclui outros países, aqui a sua efetivação tem sido rápida, pois conta com a participação de agentes como a Itaipu Binacional, na condição de uma das financiadoras da principal obra, isto é, a implantação da segunda ponte de ligação Brasil-Paraguai, com custo estimado em cerca de R\$320 milhões<sup>10</sup>. A magnitude da obra impressiona por todos os ângulos.

Por seus grandes impactos, esses megaprojetos de infraestrutura, implantados (ou em processo de implementação) em regiões interioranas merecem maiores considerações. A Ponte da Integração e os dois ramais de vias, no Brasil e no Paraguai, que fazem a conexão ao Corredor Bioceânico compõem um rol de projetos prioritários de ação para a integração da infraestrutura na América Latina, denominada *Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul* (IIRSA), desenvolvido pelo Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) que compõe a União das Nações Sul Americanas (UNASUR).

---

<sup>10</sup> No portal da Itaipu Binacional veicula-se que “tanto a Ponte quanto a Perimetral Leste fazem parte do rol de obras financiadas pela Itaipu Binacional. Entre outras, a Usina também financiou a reforma e a ampliação do terminal e da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Financiou ainda a duplicação da pista que liga o aeroporto à BR-469, rodovia que também deverá ser duplicada com recursos da Binacional. São mais de R\$ 2,5 bilhões de investimentos com a geração de mais de 2,5 mil empregos. A Itaipu tem ainda outras obras concluídas ou em execução, como ciclovias e o futuro mercado municipal, em Foz, a duplicação de um trecho da BR-277, em Cascavel, a conclusão da Estrada Boiadeira e o contorno do município de Guaíra” (SEGUNDA... 2021).



**Imagem 05** : Ponte da Integração (Brasil/Paraguai), em adiantada fase de construção. Fonte: Cecilia Angileli, visita ao canteiro de obras em outubro de 2021

Em seu bojo, esses projetos trazem consigo um outro poder de escala de planejamento e de recursos, alinhado a um conjunto determinado conjunto de interesses, tendo como base o *Programa Avança Brasil*, desenhado no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da criação de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID). Esses eixos correspondem a grandes extensões territoriais em níveis transnacionais, para a operação de toda a cadeia produtiva de certos ramos produtivos, integrando seus mercados consumidores e consolidando sua área de influência transnacional. Posteriormente, este programa foi atualizado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva por meio do lançamento do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), criando condições para o modelo agroexportador com ofertas de crédito e facilitadores de infraestrutura de transporte e energia, visando gerar maior produção e circulação de mercadorias, assim como o crescimento econômico.

Essa integração transnacional proposta pela via da construção de eixos inter multimodais bioceânicos objetiva diminuir as barreiras para o trânsito de mercadorias, de pessoas, e informações e também de capital financeiro. Como facilitador desse modelo de integração tem-se o investimento de agências financeiras transnacionais, responsáveis por aprovar os projetos, o que deixa à mostra a estreita relação entre esses grandes projetos de infraestrutura e o capital financeiro.

Chama a atenção o fato de que a política de integração por meio dos mencionados eixos estabelece articulações diversas nas esferas nacionais, estaduais e municipais, conferindo força e rapidez nas grandes transformações dos territórios. Sob esse viés desenvolvimentista, diretamente aliado ao capital financeiro e às elites políticas em todos esses níveis, além das transformações provocadas pelos megaprojetos comentados nesta seção, intensificam-se as pressões de outras iniciativas igualmente predatórias<sup>11</sup>, que desconsideram, em todas as etapas de desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Pressões do setor imobiliário e turístico.

desses projetos, a realidade das comunidades locais<sup>12</sup> e o trabalho das agentes e dos agentes que compõem os territórios afetados<sup>13</sup>, incluindo nesse conjunto as pesquisadoras e os pesquisadores das Instituições Públicas de Educação Superior.

#### 4. O PLANEJAMENTO TERRITORIAL INSURGENTE A PARTIR DE ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO FORMAIS E POPULARES

Estar em uma região fronteira interiorana, longe dos grandes centros urbanos de ambos os países, Brasil e Paraguai, marcados por assimetrias regionais, significa estar distante também dos lugares que concentram grande parte das produções científicas e acadêmicas que podem exercer influência sobre o planejamento das cidades. Sendo esta uma consequência do fazer científico que não se encerra nos muros da academia, na qual a produção científica tem o potencial de instigar a revisão/elaboração de políticas públicas, o desenvolvimento de planos e projetos territoriais mais sustentáveis e atentos à justiça social, a formação técnica de técnicas, técnicos, gestoras e gestores mais comprometidos com a compreensão global de seus territórios e as interfaces com outros espaços, como também colaborar com a organização, o fortalecimento e ação de movimentos sociais do campo e da cidade. Assim, mesmo sendo estudos que se limitem em grande parte a um olhar urbano centrado e metropolitano, reside neles importante valor sobre as reflexões críticas a respeito da terra, da cidade e da moradia como uma mercadoria.

Porém, é necessário destacar que, ao exercerem influência sobre o ensino e a prática do planejamento urbano, regional e territorial e sobre os territórios que não necessariamente são os seus objetos de estudo e reflexão, as contribuições acadêmicas destes espaços históricos de construção de conhecimento, podem vir a estabelecer padrões que acabam sendo reproduzidos em quaisquer contextos, o que representa um erro. Não é raro que um modelo urbano/metropolitano seja adotado como referência de desenvolvimento territorial para agentes

---

<sup>12</sup> Só no Estado do Paraná, verifica-se uma sobreposição de quatro dos eixos pela COSIPLAN: Mercosul-Chile; Hidrovia Paraguai-Paraná; Capricórnio; Interoceânico Central. A construção da Segunda Ponte de ligação entre Brasil-Paraguai, a dragagem do Porto de Paranaguá, a conclusão do Anel Viário em Curitiba, a construção do Anel Ferroviário de Curitiba e a construção da Ferrovia Cascavel-Guaíra-Dourados-Maracaju são fundamentais para a concretização do Eixo de Capricórnio da COSIPLAN (COSIPLAN, 2017) e impactarão sobremaneira as comunidades instaladas ao longo dessa sobreposição de projetos.

<sup>13</sup> A exclusão das agentes e dos agentes da escala local nos debates sobre as transformações dos territórios interioranos fronteiriços encobre diversos conflitos e contribui para a escalada de casos de conflitos fundiários e ambientais influenciados por essas reestruturações. Como reflexo disso, citam-se três conflitos que historicamente ameaçam diretamente as Unidades de Conservação (UCs) do Estado: I) a pressão para a abertura da Estrada do Colono, que dividiria o Parque Nacional do Iguaçu (PNI); II) a diminuição da área de Proteção Ambiental (APA) nos Campos Gerais no Segundo Planalto; III) a construção da chamada "Faixa de Infraestrutura," entre outros grandes projetos no litoral do Estado, área com grande concentração de UCs, reserva indígena e territórios tradicionais do povo caíçara. Como estratégia para arrefecer as críticas a essas e a outras propostas semelhantes, tem-se a nomeação dos eixos viários de "ecovias", "ecoestradas" ou "bioestradas", como se o modelo de desenvolvimento em questão fosse compatível com a preservação do meio ambiente e dos modos de vida das populações envolvidas.

líderes de regiões interioranas e fronteiriças, sem que tenham tido a oportunidade de, criticamente, analisarem grande parte destas escolhas de planejamento e de projeto.

Vale também mencionar que a estrutura acadêmica científica que influencia e tensiona o planejamento das cidades, ainda é muito recente no interior fronteiriço dos dois países ora focalizados ou mesmo inexistente em algumas regiões. No caso brasileiro, é recente a implantação massiva de Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em regiões interioranas, impulsionada pelo *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007,

O Reuni, ainda que almejasse a superação das desigualdades regionais pelo acesso e pela permanência estudantil na Educação Superior, por meio da expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal, guarda seus próprios desafios em espaços interioranos, como a composição plural da comunidade acadêmica – docentes, técnicas, técnicos e estudantes –, exigindo a revisão da organização institucional convencional e das práticas acadêmicas tradicionais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão (ANGILELI, ASSUMPÇÃO, 2021). Em territórios interioranos e fronteiriços, esses espaços educacionais encontram pautas atinentes a territórios complexos e precisam também vencer as dificuldades próprias de sua condição de IFES em processo de implantação/consolidação, dado que são instituições ainda muito jovens.

Nesse contexto, as novas pesquisadoras e os novos pesquisadores dessas instituições, a despeito das limitações enfrentadas (de infraestrutura, de pessoal qualificado, de orçamento etc.) e de estarem em processo de construção de vínculos com as comunidades locais/regionais<sup>14</sup>, tentam influenciar a gestão pública desses territórios, tensionando as agentes envolvidas e os agentes envolvidos pela proposição de outras formas mais justas de planejamento das cidades. Porém, isso leva tempo, tendo em vista que a própria reflexão e proposição crítica sobre esses territórios não está pronta, está em construção.

Nesse sentido há um ou vários descompassos. Os descompassos estariam, basicamente, na emergência de uma produção crítica sobre o planejamento territorial local, porém em meio a uma reestruturação urbana, social e ambiental já em curso; bem como na emergência de respostas às demandas existentes frente à capacidade de pesquisadoras e pesquisadores docentes em oferecê-las. Trata-se de um desafio epistêmico e de ação fortalecido pela “desterritorialização e reterritorialização acadêmica”, ou seja, docentes, discentes, técnicas e técnicos, ao chegarem em suas instituições interioranas de Educação Superior, ainda em processo de implantação/consolidação, terão que reelaborar grande parte de suas certezas quanto ao

---

<sup>14</sup> É importante enfatizar que a consolidação dessas instituições não se limita ao tempo das adequações de sua estrutura física – *campus*, salas de aula, moradia estudantil, restaurante universitários, espaços administrativos, laboratórios, entre outros. Essa consolidação passa por questões subjetivas, tal como o reconhecimento da sociedade interiorana sobre a importância do conhecimento que é construído nesse novo espaço de educação.

planejamento das cidades, já que seu modo de concebê-lo encontra-se carregado de experiências técnicas e acadêmicas de outros contextos territoriais que não respondem a essa nova realidade.

É exatamente esse desafio que orienta parte desse corpo acadêmico a se forjar na nova realidade, por caminhos diversos, tais como: I) a inserção nos próprios espaços de conflito fundiário, levantando dados (inclusive as fontes primárias), sistematizando-os e produzindo cartografias; II) a identificação das agentes envolvidas e dos agentes envolvidos, dos recursos empenhados, do número de pessoas impactadas nessas situações de conflito e disputa; III) a compreensão de fatores históricos locais/regionais/internacionais implicados; IV) a elaboração de ações de defesa e resistência de comunidades vulneráveis no território, entre outras trilhas. Como as bases acadêmicas produzidas para essa realidade são restritas e há urgência de soluções emergenciais, essas contribuições acadêmicas são valiosas, ainda que geradas em meio à construção de um olhar mais abrangente e crítico sobre esses territórios interioranos.

Isto posto, em meio a tantos desafios encontrados na região interiorana fronteiriça que ainda consolida suas bases de conhecimento científico e propositivo crítico sobre o planejamento territorial, no campo da Educação Superior, podem ser apresentadas iniciativas – como as levadas a termo pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – que têm provocado tensionamento importante e também gerado contribuições relevantes para o planejamento das cidades, embora essa pauta não se restrinja aos espaços públicos ensino.

A Unila, criada em 2010, vem se destacando na construção de conhecimento sobre o território fronteiriço. Marcada pela diversidade e convivência de saberes, culturas e línguas, expressa por aproximadamente 6.000 discentes, provenientes de cerca de 41 países (ANGILELI, ASSUMPÇÃO 2021), a Universidade vem se comprometendo, paulatinamente, com os desafios da Região Trinacional.

Muitas de suas contribuições para o planejamento das cidades da região são provenientes de seu curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, oferta de formação recente que, em 2021, alcançou a marca de 50 Trabalhos de Conclusão de Cursos apresentados ao público. Ao longo de sua trajetória formativa, as estudantes e os estudantes promovem intervenções científicas e culturais na cidade, tais como os exemplos da Imagem 6, para chamar a atenção de quem passa sobre os desafios do território, assim como atividades em escolas, por meios de jogos educativos e outras propostas lúdicas que visem à reflexão sobre os problemas e as alternativas para a Região (ANGILELI, ASSUMPÇÃO, 2021).



**Imagem 06** : Exemplos de atividades desenvolvidas em disciplinas acadêmicas

do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNILA<sup>15</sup>

Fonte: Acervo de Cecilia Angileli, 2021

Cabe realçar também as contribuições de três ações extensionistas universitárias por seu potencial crítico em relação às atuais formas de produção desse território.

A *Escola Popular de Planejamento da Cidade* (EPPC) é o primeiro exemplo. Fundada nos pressupostos da Educação Popular e da Pesquisa-ação, o projeto extensionista articula atividades de ensino, pesquisa e extensão na Região Trinacional. Hoje já se caracteriza como uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo que envolve pesquisadoras, pesquisadores, moradoras, moradores, técnicas, técnicos e lideranças locais. Busca-se, ao longo de diversos encontros itinerantes na região Trinacional, realizados na universidade, em organizações de direitos humanos e nas comunidades, que as participantes e os participantes aprofundem temáticas específicas referentes aos impactos dos grandes projetos em áreas urbanas e rurais, bem como desenvolvam ações de resistência às remoções forçadas.

A metodologia proposta tem sido difundida em cursos junto a comunidades nacionais e internacionais, sendo suas ações estruturadas nas seguintes etapas: 1) Organização da rede inicial de estruturação do trabalho; 2) Identificação das áreas vulneráveis; 3) Organização da rede de ação; 4) Elaboração de estudos colaborativos e divulgação dos resultados através da comunicação popular; 5) Elaboração de Planos Alternativos às remoções forçadas e/ou ações de mediação dos conflitos fundiários.

<sup>15</sup> As disciplinas referidas são “Arquitetura, Cidade e Sociedade”, “Urbanismo I”, “Urbanismo II” e “Planejamento Territorial II”.



Como prática educativa emancipatória, em seus trabalhos, a EPPC envolveu um número significativo de estudantes brasileiras e brasileiros e outras e outros discentes provenientes de diversas regiões latino-americanas, contabilizando aproximadamente cerca de 400 acadêmicas e acadêmicos nos primeiros cinco anos de atuação. Esse processo de aprendizagem compartilhada e colaborativa fortaleceu 10 comunidades vulneráveis às remoções forçadas e a processos de injustiça ambiental, sendo caracterizadas como ocupações urbanas, favelas, comunidades moradoras de conjuntos habitacionais, acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e comunidades tradicionais quilombolas. A partir dessas ações, mais de 6 mil pessoas conseguiram o direito de permanecer em suas casas em regiões de grande valorização imobiliária e outras centenas aguardam os resultados das ações de mediação empreendidas.

A segunda ação de extensão a ser destacada, a *Universidade Popular Paulo Freire*, focaliza a importância da conscientização crítica sobre a realidade das pessoas dessas comunidades, oportunizando a participação em oficinas semanais de alfabetização para pessoas jovens, adultas e idosas, tendo como ponto de partida o mapeamento de demandas individuais e coletivas como primeiro instrumento de conhecimento de suas histórias de vidas. Nessa aproximação, vocábulos significativos e frequentes em suas falas e questões mobilizadoras do grupo permitem a emergência de um conjunto de “temas e palavras geradores” e o consequente planejamento (sempre flexível) de atividades de ensinar-aprender-ressignificar o mundo, a vida e a língua escrita. Por meio de imagens, áudios, textos e vídeos significativos, temas como direitos humanos, violações de direitos, organização popular, regularização fundiária, mobilidade urbana, planejamento urbano, violência urbana e doméstica, educação, lazer, saneamento básico, entre outros tópicos relevantes para a turma, são trazidos para o debate, favorecendo o posicionamento pessoal e coletivo, sem deixar de lado também a palavra de outras pessoas, na condição de estudiosas do assunto, para que se estabeleça uma comunidade de aprendizagem na qual a troca de saberes e a reflexão sobre os desafios/soluções possíveis para a vida das moradoras e dos moradores da comunidade tenha sentido. Em outras palavras, a alfabetização/letramento tornou-se o meio pelo qual a palavra de cada uma e cada um e de todas e todos pode ser dita, escrita e lida.

O terceiro exemplo de ação de extensão, o *Outras Vozes da Fronteira*, objetiva compartilhar, informar e construir conhecimento coletivo sobre o Direito à Cidade na Região Trinacional, como uma das ações de comunicação popular do projeto da EPPC para estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná – *Campus Foz do Iguaçu*. O seu propósito final é o de criação de um canal de diálogo com as moradoras e os moradores da Região para a discussão da realidade das cidades, dos grandes projetos futuros e em execução, do direito à moradia, das ações de despejos e remoções, da vida e das lutas das comunidades, das políticas públicas, dentre outros assuntos de relevância para as pessoas em seu dia a dia.



**Imagem 07** : Exemplos de atividades desenvolvidas nas ações de extensão mencionadas. Fonte: Acervo de Angileli (2015/2020) e imagens do Instagram do projeto *Outras Vozes da Fronteira*

Por fim, vale mencionar a atuação do grupo de pesquisa *Territórios Interioranos, Paisagens e Povos na América Latina* (TIPPA), certificado pelo CNPq, por suas pesquisas sobre as formas de planejamento territorial, gestão e projetos na realidade das comunidades e territórios interioranos e sua especificidade ou diversidade em relação às teorias hegemônicas de grandes estruturas urbanas. Fazem parte desses territórios as áreas periurbanas e periféricas, com ênfase nas cidades médias ou pequenas, favelas e assentamentos urbanos, camponeses ou povos tradicionais do interior da América Latina.

Esta pequena, mas potente amostra de trabalhos desenvolvidos por instituições públicas de ensino em territórios interioranos em plena reestruturação urbana, social e ambiental, além do cumprimento da função social da universidade pública, acaba também por influenciar outros setores da Região, como o de serviços. Um exemplo disso é a articulação das demandas em favelas, ocupações, acampamentos, comunidades tradicionais e populares decorrentes dos trabalhos anteriormente citados com as ações de empresas de Arquitetura – tal como a empresa “Hoje Construções Ecológicas” – que, a partir das demandas identificadas têm atuado na aplicação da *Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social* (ATHIS) no município de Foz do Iguaçu. Assim, por meio de ações diretas no território e em parceria com os espaços de educação públicos – a Unila e o IFPR – diferentes agentes do território têm contribuído nas ações

de extensão e na orientação de estágios obrigatórios de graduandas e graduandos em Arquitetura e Urbanismo e de estudantes do curso Técnico em Edificações<sup>16</sup>.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço dialógico instaurado por meio deste texto, buscou-se problematizar a possibilidade de grandes projetos urbanos e de infraestrutura converterem-se em ações de incremento da marginalização socioeconômica, do sofrimento ambiental e da ampliação das desigualdades em cidades interioranas de pequeno e médio porte, bem como em espaços fronteiros, ao invés do anunciado “desenvolvimento” que deveria proporcionar aumento da renda e melhoria da qualidade de vida para a população como um todo.

Sem a devida análise dos interesses envolvidos nesses projetos e de seus efeitos, sob diferentes perspectivas, o que se observa é a invisibilidade dos impactos dos grandes projetos urbanos de infraestrutura nesses territórios que, por estarem distantes das estruturas tradicionais de construção de conhecimento, acabam sendo mais vulneráveis a essas reestruturações territoriais. Em decorrência da não compreensão da dimensão dos impactos no tempo e para diferentes segmentos da população no território, o que se observa é o acolhimento cada vez menos crítico de planos e projetos gerados sem a consideração da realidade local e a efetiva participação da comunidade e da gestão diretamente implicada, além da redução crescente de destinação de recursos para a qualificação profissional das planejadoras e dos planejadores do território.

Como resposta a essa concepção de “desenvolvimento”, pautado numa lógica de cidade-mercadoria, e à necessidade de reparação de territórios afetados pelos impactos desses grandes projetos urbanos e de infraestrutura, especialmente em contextos interioranos fronteiros, apresenta-se o potencial das instituições de ensino público, pela via da educação formal, assim como dos trabalhos de pesquisa acadêmica e da atuação dos espaços de educação popular, forjados principalmente pelas ações de extensão universitária, que, por adotarem uma abordagem crítica e científica, oferecem contribuições valiosas para pautar o planejamento territorial insurgente, comprometido com a justiça social e ambiental.

## REFERÊNCIAS

ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado; ASSUMPÇÃO, Solange Bonomo. A Unila e o papel da universidade periférica. In: CALDERARI, Elaine Saraiva; FELIPE, Joel Pereira. *Novos campi universitários brasileiros: processos e impactos*. Brasília, DF: Universidade de

---

<sup>16</sup> Nos anos de 2020 e 2021, 15 estudantes receberam orientação e acompanhamento, inclusive uma acadêmica do curso de Biologia, reforçando o aspecto multidisciplinar da ATHIS.

Brasília, 2021, p. 195-231. Disponível em:

<<https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/134>>. Acesso em: 12 out. 2021.

\_\_\_\_\_, Cecilia Maria de Moraes Machado; OLIVEIRA, Thais. A Região Trinacional e os desafios de um território em “transição” para a sustentabilidade. In: *ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS TRANSFRONTERIZOS: Integración Regional para el Desarrollo Sostenible y Ordenamiento Territorial*, 6., 2021, Misiones. Anais [...]. Misiones: UNAM, 2021. No prelo.

\_\_\_\_\_, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2015”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2015.

\_\_\_\_\_, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2017”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2017.

\_\_\_\_\_, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2018-2019”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2019.

\_\_\_\_\_, Cecilia Maria de Moraes Machado. *Relatório de Ação de Extensão “Escola Popular de Planejamento da Cidade 2020”*. Foz do Iguaçu: UNILA/PROEX, 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. *Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*. Diário Oficial da União, 25/04/2007, p. 7.

CATTA, Luiz Eduardo. *A face da desordem - pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu/1964-1992)*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

COHAPAR 2019. Disponível em: <<https://paranainterativo.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/77cf045b411747cd92b9f9c40d809d56>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MONTERO, Laetitia; GARCÍA, Johann (eds.) *Panorama multidimensional del desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), jun. 2017. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/41974-panorama-multidimensional-desarrollo-urbano-america-latina-caribe>>. Acesso em: 12 out. 2021.

*PONTE da Integração atinge 52% de execução, com investimentos de 38% dos recursos previstos por Itaipu*. Clickfoz, Foz do Iguaçu, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.clickfozdoiguacu.com.br/ponte-da-integracao-atinge-52-de-execucao-com-investimentos-de-38-dos-recursos-previstos-por-itaipu/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

QUADRA, Dante. *Valorização imobiliária em Foz do Iguaçu chega a 35%*. Rádio Cultura, Foz do Iguaçu, 11 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br/2021/06/11/valorizacao-imobiliaria-em-foz-do-iguacu-chega-a-35/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

RIBEIRO, Danilo George. *Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço em Foz do Iguaçu*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/handle/tede/2026>>. Acesso em: 12 out. 2021.

*SEGUNDA Ponte sobre o Rio Paraná, financiada por Itaipu, avança para 57% de execução*. Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 27 maio 2021. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/segunda-ponte-sobre-o-rio-parana-financiada-por-itaipu-avanca-para-57-de-ex>>. Acesso em: 12 out. 2021.

TECHO PARAGUAY. *Relevamiento de Asentamientos Precarios (RAP)*, Ciudad del Este, 2019. Disponível em: <<https://www.mapadeasentamientos.org.py/>>. Acesso em: 12 out. 2021.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.